

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 20/2025

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de **manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) elevador instalado no edifício-sede da Procuradoria da República Polo Petrolina/Juazeiro e de 01 (um) elevador instalado no edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Caruaru**, com o fornecimento e utilização de peças, insumos e componentes novos, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos originais/genuínos dos respectivos fabricantes.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária pelo que segue:

1.2.1 -Garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos elevadores dos edifícios-sede da PRM Petrolina e PRM Caruaru, permitindo comodidade e facilidade de acesso e tráfego de pessoas e materiais, bem como preservando a segurança dos usuários;

1.2.2 - Considerando a inexistência, nos seus quadros efetivos de pessoal, de servidores legalmente qualificados e habilitados à execução de tais serviços, resta justificada a proposição à contratação dos serviços em tela via outorga à pessoa jurídica que detenha a habilitação técnica necessária e suficiente nesse campo de atuação;

1.2.3- Por fim, a presente contratação se faz necessária, tendo em vista que os pactos administrativos vigentes estão próximos do vencimento:

Item	Unidade Ministerial	Contrato nº	Vencimento
01	PRM Petrolina	MPF/PRPE n.º 25/2020	31/08/2025
02	PRM Caruaru	MPF/PRPE n.º 01/2021	31/01/2026

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2025, conforme documentos **PRPE-D0014/24 e PRPE-D0002/24**, e está inserida no Planejamento Estratégico – PE/MPF - para os anos de 2024-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024, principalmente quanto ao atingimento do seguinte objetivo: "OE 7: incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável."

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 - Os serviços contratados deverão atender aos requisitos mínimos de qualidade, de sustentabilidade e outras condições específicas, além de apresentar padrões condizentes com a legislação e a boa prática, sem prejuízo das especificações a serem previstas neste documento.

3.1.2 - As empresas contratadas prestarão serviços de manutenção preventiva e corretiva nos elevadores conforme descrições abaixo:

ITEM 01
DESCRIÇÃO DO ELEVADOR - PRM PETROLINA
1. Marca: Smart MRL002L Atlas Schindler. A máquina de tração e os demais equipamentos de segurança utilizam o espaço superior da própria caixa e de seu fechamento frontal, no hall do último pavimento, em conformidade com o dimensionamento da capacidade da cabina.
2. Tipo: Passageiro
3. Capacidade: 8 pessoas (600kg)
4. Número de paradas: 2 paradas
5. Percurso: aproximadamente 4m
6. Velocidade: 1,0 m/s
7. Cabina - Smart Modelo Millenium: Possui botoeira de comando digital instalada no painel lateral da cabina, em cristal de alta segurança. Os andares de destino bem outros comandos são digitados em tela eletrônica.
8. Teto: Millenium, conforme especificações Atlas Schindler referente ao modelo.
9. Painéis: Em chapa de aço inoxidável lixado.
10. Piso: Revestido com pedras de granito natural de 20mm na cor preta.
11. Dimensões da cabina - As dimensões da cabina obedecem a parâmetros mínimos e máximos para a capacidade indicada em passageiros (8 passageiros)/carga (600kg), definidos pela Norma NM-207 vigente.
12. Espelho - Em número de dois, instalados no painel, acima do corrimão.
13. Alarme - sistema de alarme acionado através de tecla presente da botoeira da cabina. Seu funcionamento é alimentado pela carga da bateria de emergência.
14. Interfone - sistema de interfone para contato com o interior da cabine, instalado na guarita.
15. Ventilador - embutido no teto.
16. Máquina de Tração e Acionamento - Flydrive com máquina de tração especialmente projetada e acionamento por motor de corrente alternada com inversor de tensão e frequência variáveis - VVVF - para controle da velocidade, assegurando conforto aos passageiros através de aceleração e frenagens suaves e alta precisão de nivelamento em cada pavimento, independentemente da carga e do percurso realizado.
17. Motor - Trifásico 380V , 60Hz
18. Sistemas Eletrônicos de Comando e Controle - Modelo CX microprocessado, projetado para operar com baixo consumo de energia, programado e ensaiado de acordo com os parâmetros do projeto do edifício. Painel de controle instalado na própria parede do hall do último pavimento, ao lado da porta do elevador. Seu acabamento acompanha a especificação do acabamento da porta desse pavimento.
19. Sistema de operação de chamadas - Automático coletivo com seleção na descida.
20. Portas de pavimento - De correr, telescópicas automáticas, com abertura lateral e cortina luminosa. Altura das portas: 2000 mm Abertura das portas: 900 mm
21. Batentes para Portas de Pavimento - Os batentes em conjunto e com o mesmo acabamento das portas de pavimentos.
22. Sinalização nos Pavimentos - Indicador de posição digital de 1" conforme ilustrado no catálogo de apresentação do produto. Pavimento onde será instalado o Indicador de Posição acima descrito: pavimento 1.
23. Indicação de Direção nos Pavimentos - O sentido de deslocamento da cabina é indicado por setas direcionais, conforme ilustrado no catálogo de apresentação do produto. Pavimento onde será instalado o Indicador de Direção acima descrito: pavimento 2.

LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

Edifício-sede da Procuradoria da República Polo Petrolina/Juazeiro, sito à avenida presidente Tancredo Neves, n.º 101 – Centro – Petrolina/PE – CEP 56304-190

ITEM 02

DESCRIÇÃO DO ELEVADOR - CARUARU

1. Especificações vinculadas ao projeto do edifício

1.1 -Característica de transporte: SOCIAL Elevador: Schindler 3300.

1.2 - Capacidade: 9 pessoas (675kg)

1.3 - Percurso: 3,85m

1.4 - Velocidade: 1,0 m/s

1.5 - Paradas: 2 paradas

1.6 - Denominação dos pavimentos: 0,1

2. Modelo do elevador: Schindler 3300 – fabricação nacional com componentes globais. Não há casa de máquinas.

3. Cabina – Modelo Schindler/Mediterranée

3.1 - Acabamentos:

3.1.1 - Teto: em aço inoxidável escovado, com luminárias no teto, junto a cada um dos painéis laterais.

3.1.2 - Painel frontal e porta da cabina: em chapa de aço inoxidável escovado.

3.1.3 - Painéis laterais: em chapa de aço inoxidável escovado.

3.1.4 - Painel do fundo: em chapa de aço inoxidável escovado.

3.1.5 - Piso: Revestido com pedras de granito natural de 20mm na cor preta.

3.2 - Dimensões da cabina: 1,20m de frente x 1,40m de fundo x 2,2m de altura livre interna.

3.3 - Corrimão: posicionados nos painéis laterais e de fundo, modelo tubular reto, em esmalte na cor preta. Também destinados às pessoas portadoras de deficiência física.

3.4 - Porta de cabina: de correr, com abertura lateral, nas medidas equivalentes às portas de pavimento.

3.5 - Comando: painel de comando modelo Push Buttons em vidro de segurança com aplicação de teclado com movimento microcurso e gravação em Braille em suas teclas

para registro de chamadas.

3.6 - Botoeira da cabina: apresenta a numeração de pavimentos (0,1).

3.7 - Indicador de posição na cabina: Na parte superior um display digital acompanhado de setas direcionais que indica a posição e o sentido de direção da cabina durante subida e descida.

4. Componentes (acessórios):

4.1 - Sistema de cancelamento de chamadas falsas: elimina chamadas indevidamente registradas na cabina após o atendimento a dois pavimentos consecutivos sem que passageiros tenham entrado ou saído nos pavimentos atendidos.

4.2 - Dispositivo automático para funcionamento com força de emergência: Na ocorrência de falta de energia elétrica fornecida pela concessionária, o elevador permanece em funcionamento por meio de alimentação de energia proveniente de gerador instalado no edifício.

4.3 - Digital Voice: Identificação, via voz sintetizada, do andar em que se encontra a cabina.

4.4 - Espelho – inestilhaçável, instalado na parte superior do painel de fundo, posicionado acima e entre as extremidades do corrimão.

4.5 - Intercomunicador: integrado ao painel de comando da cabina com conexão com a recepção do edifício e com o painel de controle do sistema instalado no último pavimento.

4.6 - Ventilador: embutido no teto, com acionamento comandado por meio de tecla na coluna de comando da cabina.

4.7 - Despacho para carro "Lotado": as chamadas dos pavimentos não serão atendidas quando a cabina estiver com mais de 80% de capacidade licenciada.

4.8 - Luiz de emergência: a cabina permanece parcialmente iluminada nos momentos de falta de energia.

4.9 - Cortina luminosa (lambda): controla o movimento de fechamento da porta de cabina, a fim de proporcionar segurança aos passageiros .

5. Acionamento: máquina de tração sem engrenagem, com acionamento por motor de corrente alternada e com inversor de tensão e frequência variáveis - VVVF - para controle de velocidade.

6. Sistemas eletrônicos de comando e controle: Modelo Bionic V

7. Motor - Trifásico 220V, 60Hz

8. Sistemas de operação de chamadas e eletrônicos de comando e controle- Automáticos coletivos com seleção na subida e na descida no pavimento principal.
9. Sistema de operação em caso de incêndio: O comando do elevador é dotado de uma estratégia de emergência em caso de incêndio que leva a cabina ao pavimento de acesso principal. Há uma botoeira no pavimento principal, quando acionada assegura o fornecimento de energia, cancela as chamadas de cabina e pavimento, estacionando a cabina no pavimento principal e desligando-a.
10. Botoeiras de pavimento Push Buttons: acionamento por teclas microcurso, instaladas nos batentes das portas de pavimento.
11. Portas de pavimento: em aço inoxidável escovado, resistentes ao fogo por 30 minutos, de correr, telescópicas automáticas, duas folhas, abertura lateral e operando com controle de variação e frequência variável (VVVF). 11.1 -Altura das portas: 2000 mm 11.2 - Abertura das portas: 800 mm
12. Batentes para as portas de pavimento: em aço inoxidável escovado.
13. Sinalização nos pavimentos: nas botoeiras de pavimento, um led indicando o registro de chamada, permanecendo aceso até a chegada da cabina.
14. Indicador de posição: indicador de posição digital com sinalização gongo.
LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:
Edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Caruaru na Rua Professor Luiz Bezerra de Vasconcelos, s/n, Bairro Universitário – Caruaru / PE – CEP: 55.014-838

3.1.3 - Os serviços devem ser executados por empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de transporte vertical, atendendo aos parâmetros de segurança e conforto relacionados à operação dos equipamentos de transporte vertical.

3.1.4 - A prestadora dos serviços deve fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços.

3.1.5 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.1.6 - A CONTRATADA deverá apresentar declaração, quando da assinatura do contrato, de que possui ou instalará base operacional em Petrolina ou Juazeiro/BA (para o item 01), ou Caruaru (para o item 02), a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato, a fim de possibilitar o atendimento aos chamados no prazo estipulado no item **4.10.3**, sendo tal medida imprescindível à adequada execução do objeto licitado (Acórdão 1176/2021 – Plenário e Acórdão 6463/2011 - TCU - 1ª Câmara).

3.1.7 - A mão de obra disponível para execução dos serviços deve ser composta de profissionais qualificados, tendo o CONTRATANTE o direito de rejeitar o emprego de qualquer profissional que não esteja de acordo com a execução deles.

3.1.8 - Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser prestados no local em que o elevador está instalado, ou seja, nos edifícios-sede da PRM Petrolina e da PRM Caruaru, e devem ser executados dentro das notas técnicas da ABNT, especificações técnicas dos fabricantes, dos materiais e em obediência às normas regulamentadoras do ministério do trabalho e emprego.

- 3.1.9** - A responsabilidade técnica sobre os serviços ficará a cargo da prestadora de serviços, que deverá providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA.
- 3.1.10** - Deve ser realizada manutenção preventiva regular mensal em todos os equipamentos e manutenções corretivas sempre que identificada a necessidade.
- 3.1.11** - Deve ser emitido relatório técnico de manutenção mensalmente, que englobe tanto as manutenções preventivas quanto as corretivas realizadas no mês.
- 3.1.12** - Deve ser realizado o serviço de resgate de passageiros, observando os prazos de atendimento e as demandas da edificação.
- 3.1.13** - Deve ser emitido relatório de vistoria inicial e um relatório de inspeção anual ao final do ciclo de manutenção de 12 (doze) meses.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MPOG: dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Lei nº 12.305/2010: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Decreto Federal nº 10.936/2022: regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Decreto nº 2.783, de 17/09/1998: dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;

Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa nº 1, de 8 de fevereiro de 2018: dispõe sobre os serviços de natureza continuada no âmbito do Ministério Público Federal;

Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022: estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023: dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;

Norma Regulamentadora nº18 do Ministério do Trabalho: estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019: dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências;

Normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a **ABNT NBR 16083/2012:** manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — requisitos para instruções de manutenção;

Normas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);

Normas Brasileiras (NBR) e as Normas Regulamentadoras (NR) pertinentes;

Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999: estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.

Portaria PGR/MPU nº 100/2023: Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público da União.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

3.3.1 - Conforme o inciso XV, art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o serviço previsto nestas contratações se enquadram como serviços contínuos:

"XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"

3.3.2 - Além disto, o inciso XXII da Instrução Normativa MPF/SG nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, traz o serviço previsto nestas contratações classificado como contínuo:

"Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

(...)

XXII. Manutenção de elevadores e plataformas elevatórias;"

3.3.4 - Enfatiza-se que uma contratação mais longa propicia uma maior diluição dos custos iniciais de contratação, de forma que a proponente possa melhorar sua margem mensal de retorno e repassar à Administração um valor mais competitivo, ante uma contratação de 12 meses, ou seja, um maior período inicial permite que a CONTRATADA possa melhor amortizar seus custos iniciais e fazer proposta mais vantajosa. Para mais, vislumbra-se a possibilidade de uma parceria mais duradoura, com maior estabilidade, que resulte em benefícios econômicos e operacionais para o órgão.

3.3.5 - Considerando essas vantagens operacionais (realizar menos processos de prorrogação e, assim, obter maior eficiência dos recursos humanos) e econômicas (possibilidade de redução dos custos mensais devido ao maior prazo para diluir o investimento inicial), bem como a característica do serviço (não é recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços), sugere-se que a vigência inicial seja de **05 (cinco) anos**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 anos, com base no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

3.4 - Requisitos Temporais

O prazo de início dos serviços se dará de acordo com a tabela abaixo:

Item	Unidade Ministerial	Início dos serviços
01	PRM Petrolina	01/09/2025
02	PRM Caruaru	01/02/2026

3.4.1 - O Serviço de Manutenção Preventiva deve ser executado em datas agendadas com a FISCALIZAÇÃO, no horário de expediente das PRMs Petrolina e Caruaru (08 às 18h). A Manutenção Preventiva também poderá ser executada fora do expediente normal das PRMs, desde que a FISCALIZAÇÃO solicite previamente, ou a CONTRATADA firme acordo com a FISCALIZAÇÃO, por intermédio de notificação oficial.

3.4.2 -A manutenção corretiva deverá ser prestada pelo CONTRATADO, mediante chamado telefônico ou correio eletrônico, por ele indicado, dentro dos seguintes limites:

3.4.2.1 - Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, em dias úteis, no horário de expediente das PRMs, o prazo máximo de atendimento, após a chamada, deverá ser de 60 (sessenta) minutos;

3.4.2.2 - Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 02 (duas) horas, contadas a partir da chamada;

3.4.2.2.1 - o prazo de 02 (duas) horas será contado dentro do horário de funcionamento normal das PRMs, ou seja, em dias úteis entre 8:00h e 19:30h, interrompendo-se a contagem às 19:30h de um dia e reiniciando-se às 8:00h do dia útil seguinte.

3.4.3 - Em problemas usuais, o CONTRATADO fica obrigado a colocar o elevador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação do CONTRATADO. O prazo determinado no presente subitem poderá ser dilatado, desde que o

CONTRATADO comprove a impossibilidade de reparo no mencionado prazo;

3.4.4 - A solicitação e o chamado referentes à manutenção corretiva, bem como os chamados de emergência serão realizados por servidor das PRMs diretamente ao preposto do Contratado.

3.4.5 - O CONTRATADO deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO lista atualizada dos profissionais que atenderão à respectiva PRM objeto do Contrato em fins de semana, feriados e períodos noturnos nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar às PRMs, nas pessoas dos fiscais do contrato, os horários de execução dos serviços de manutenção preventiva, mediante informação dos dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

3.5.2 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços, ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização e/ou cavaletes de proteção - estarem de acordo com a ABNT 16083/2012.

3.5.3 - Os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas ABNT NBR 16083/2012 (Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes — Requisitos para instruções de manutenção) e internacionais consagradas, na falta de detalhes ou omissões das normas da ABNT.

3.5.4 - Todos os materiais empregados nos serviços serão novos, com garantia, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às normas técnicas da ABNT e demais normas e manuais aplicáveis.

3.5.5 - À CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e o fornecimento de todo o material e equipamentos necessários.

3.5.6 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - À CONTRATADA caberá a responsabilidade das execuções dos serviços objeto da contratação, bem como a utilização de equipamentos essenciais para realização dos serviços, inclusive os que garantam a segurança de seu pessoal (EPIs) e o fornecimento de todo o material e equipamentos necessários.

3.6.2 - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a execução dos serviços contratados.

3.7 - Requisitos de Garantia Contratual

3.7.1 - Segundo a Lei nº 14.133/2021:

"Art. 98 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos."

3.7.2 - Conforme a 4ª Edição da Revista Atualizada e Ampliada Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU:

"É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto."

3.7.3 - Levando-se em conta os seguintes fatores:

- Há discricionariedade por parte da administração quanto à exigência ou não de garantia;
- Deverá ser analisada a complexidade do objeto;

- No último contrato firmado da Procuradoria da República em Pernambuco com o mesmo objeto da contratação em questão não foi exigida garantia e não ocorreram quaisquer intercorrências na execução do serviço.

3.7.4 - Assim, ante a baixa complexidade do objeto, ao histórico de não ocorrência de descumprimentos contratuais e a não ocorrência de prejuízos à Administração no contrato anterior, não será exigida garantia contratual.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

Por ser o objeto da contratação classificado como serviço comum de engenharia e pertencer a um rol de atividades cujo exercício é privativo dos profissionais de engenharia mecânica, serão exigidos os seguintes documentos para fins de habilitação para os **itens 1 e 2 que serão licitados**:

3.8.1 - Registro ou inscrição, pertinente e atualizado, da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Para a empresa, o registro ou inscrição deve ser da região da sede da licitante, com indicação do objeto social compatível com a presente contratação direta. Para os fins de contratação, caso a licitante vencedora esteja registrada ou inscrita no CREA de unidade federativa que não seja Pernambuco, deverá providenciar o visto no CREA/PE, conforme os dispositivos constantes da Resolução CONFEA nº. 1007/2003.

3.8.2 - Capacidade Técnico-Operacional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, de possuir capacidade técnica operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação direta, ou seja, **Certidão de Acervo Operacional - CAO**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove a anterior execução por parte da empresa de serviços que reúna características e quantidade similares ao objeto desta contratação direta.

3.8.2.1 - Alternativamente para comprovar a capacidade Técnico-Operacional, o licitante poderá apresentar um ou mais atestado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, que demonstre a anterior execução por parte da empresa de serviços que reúna características e quantidade similares ao objeto desta contratação direta. Os atestados deverão ser acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrada(o) no CREA, do profissional que foi responsável técnico pelos serviços.

3.8.3 - Capacidade Técnico-profissional - comprovação pelo licitante, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir pelo menos 1(um) profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente que seja **engenheiro mecânico, engenheiro eletromecânico, engenheiro eletrotécnico ou eletrônico** devidamente habilitado pelo CREA e detentor de responsabilidade técnica pela execução dos serviços de características e quantidades compatíveis ao objeto desta contratação direta, ou seja, **Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que comprove a anterior execução de serviços que reúna características similares.

3.8.3.1 - Comprovação de possuir, em seu quadro de pessoal, além de um dos profissionais supracitados, 01 (um) técnico de manutenção, com formação em, pelo menos, uma dessas especialidades: mecânica, eletricidade, eletrônica, eletrotécnica ou equivalente. A comprovação de formação técnica para os profissionais de nível médio se dará por meio de diploma em instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

3.8.3.2 - A comprovação do vínculo dos profissionais com o licitante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário do licitante; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário do licitante; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente do

licitante.

3.8.3.3 – O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante, para fins de comprovação de capacitação técnica, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração.

3.8.4 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação direta.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

3.9.1 - Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade e pequeno vulto, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos de Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social (no que couber)

3.10.1 - Perspectiva Ambiental

3.10.1.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, a fim de adotar as práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços.

3.10.1.2 - Além de observar o art. 6º da IN nº 01/2010, atendendo, no que couber, aos requisitos descritos no referido artigo, sugere-se inserir no termo de referência os seguintes requisitos de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, além de manuais mais atualizados de outros órgãos, adotados como boas práticas:

3.10.1.2.1 - Realizar a coleta de resíduos provenientes dos serviços prestados.

3.10.1.2.2 - Efetuar o descarte de peças e materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.

3.10.1.2.3 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

3.10.1.3 - Peças ou acessórios substituídos, embalagens, baterias e demais materiais deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitada a legislação ambiental, em conformidade com a legislação (Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os preceitos de preservação ambiental.

3.10.1.4 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.10.2 - Perspectiva Econômica

Pelos motivos apresentados no **item 8.4** deste estudo, para esta contratação não será utilizado o regramento contido no art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, a respeito da participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos processos licitatórios destinados à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para contratações de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao ano. Além disto, a reserva de cota de 25%, da qual trata o art. 48, inciso III, da mesma lei, não é vantajosa para a Administração, uma vez que restringe a eficiência e segurança da

gestão contratual, além da perda da economia de escala, conforme o subitem 8.5. Por outro lado, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, pelo critério de desempate, na forma dos art. 44 e 45 da lei 123/2006.

3.10.3 - Perspectiva Social

4.1.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis do MPF. O fornecedor deverá declarar:

- a)** Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a CF/1988 em seu artigo 3º, inciso IV e no inciso I do artigo 5º, e nos artigos 38 e 39 da Lei 12.288/2010;
- b)** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;
- c)** Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170º da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), e no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nºs 29 e 105.

3.2.4 – Além das demais obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e no presente Estudo Técnico, deverá a contratada atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade:

- a)** Fornecer aos empregados todos os equipamentos de segurança e proteção que se fizerem necessários para a execução de serviços, fiscalizando sua utilização;
- b)** Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- c)** Proceder ao recolhimento de todos os resíduos descartados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e a política de descarte da contratante;
- d)** Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e de energia elétrica, observadas as normas vigentes e a política socioambiental do MPF;
- e)** Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição e descartes de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- f)** Privilegiar a utilização de mão de obra, tecnologias, matéria prima e materiais de origem local.

3.11 - Outros requisitos aplicáveis

3.12.1 – Em conformidade com o art. 63, § 2º, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

3.12.2 – O edital de licitação deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.12.3 - Se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

3.12.4 - A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

A quantidade de serviços é determinada considerando a manutenção preventiva mensal e as corretivas eventuais em 01 (um) elevador instalado na sede da Procuradoria da República Polo Petrolina/Juazeiro e em 01 (um) elevador instalado na sede da Procuradoria da República no Município de Caruaru, descritos no **item 3.1** do presente Estudo.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.2 - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.2.1 - ALTERNATIVA 1: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra residente, sem fornecimento de peças.

Nesta proposta, os serviços são realizados por mão de obra residente, incluindo os profissionais supervisores. Por ser considerado um serviço de utilização pontual de mão de obra, não justifica a utilização de mão de obra residente.

Além disso, nessa alternativa não está contemplado o fornecimento de materiais e equipamentos para eventuais reposições e adequações. Para suprir a necessidade de fornecimento destes materiais e equipamentos, deverão ser realizados processos de aquisições separadamente ou por ressarcimento.

Essa alternativa não atende ao objetivo de manter os níveis de disponibilidade e continuidade do serviço com maior celeridade, já que, por não prever o fornecimento de materiais na contratação, a alternativa pode prejudicar a eficiência na disponibilidade do equipamento. Assim, a falta do fornecimento de materiais pode prejudicar o estado de conservação dos sistemas, o prazo para conclusão do atendimento aos usuários e impedir a realização de alterações e melhorias.

5.2.2 - ALTERNATIVA 2: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra não-residente, sem fornecimento de peças.

Nesta alternativa, os serviços são realizados por mão de obra não-residente, incluindo os profissionais supervisores. Neste caso, os profissionais sempre prestam os serviços em datas programadas (manutenções preventivas) ou em momentos não planejados para atendimentos de chamados de manutenção corretiva ou de serviços de adequação.

Por também não prever o fornecimento de materiais e equipamentos para eventuais reposições e adequações, essa alternativa, pela mesma justificativa anterior, não atende ao objetivo de manter os níveis de disponibilidade e continuidade do serviço com maior celeridade.

5.2.3 - ALTERNATIVA 3: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com mão de obra não-residente, incluso fornecimento de peças.

Nesta opção, a mão de obra a ser utilizada é a descrita na ALTERNATIVA 2. No entanto, além da mão de obra não-residente, está previsto o fornecimento de materiais para eventuais reposições e adequações.

Essa é a alternativa que atende à nossa necessidade, pois contempla os objetivos de continuidade, de prestação dos serviços de forma mais célere, de disponibilidade e de adequação orçamentária.

Além disso, aponta-se a economia na gestão financeira, sendo evitada a realização de novos procedimentos licitatórios para a contratação do fornecimento de materiais, que por vezes resultam fracassados, acarretando atrasos ou falta de materiais. Essa situação leva à aquisição de materiais por outros meios como ressarcimento ou suprimento de fundos, desprestigiando o instituto da licitação pública.

Aponta-se também a economia na gestão do almoxarifado, uma vez que a empresa prestadora de manutenção passará a ser responsável não apenas pelo fornecimento dos materiais, mas também

pelo gerenciamento do estoque, devendo disponibilizar o material conforme a necessidade dos serviços. A inclusão de peças no valor contratado justifica-se também, pois, em geral, a empresa contratada normalmente conhece os fornecedores de peças e/ou já possuem as peças necessárias em seus estoques.

5.3 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às necessidades das Unidades Ministeriais em Petrolina e Caruaru é a **5.2.3**:

Item	Unidade Ministerial
01	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) elevador do edifício-sede da Procuradoria da República Polo Petrolina /Juazeiro, com o fornecimento e utilização de peças, insumos e componentes novos, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos originais/genuínos dos respectivos fabricantes.
02	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) elevador do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Caruaru , com o fornecimento e utilização de peças, insumos e componentes novos, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos originais/genuínos dos respectivos fabricantes.

As Especificações Técnicas constarão no TERMO DE REFERÊNCIA

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi escolhido o método do **MENOR VALOR** obtido na pesquisa de preços junto às empresas que prestam serviços desta natureza em Recife/PE e Região Metropolitana, além de Petrolina/PE, Caruaru/PE e cidades vizinhas. Optou-se por realizar cotação direta com os fornecedores, em detrimento de pesquisa de preços praticados por outros órgãos públicos ou empresas privadas, a fim de se obter uma estimativa de preço condizente com o serviço que será prestado nas PRMs, o qual depende das condições específicas da unidade e dos seus equipamentos, tais como as especificações técnicas, número de andares do edifício, fluxo de usuários, entre outras.

6.2 - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

6.3 - Os valores globais **mensais** estimados para as contratações dos serviços propostos são:

Itens	Serviços	Valores mensais máximos Admissíveis (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) elevador do edifício-sede da Procuradoria da República Polo Petrolina /Juazeiro, com o fornecimento e utilização de peças, insumos e componentes novos, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos originais/genuínos dos respectivos fabricantes.	R\$ 1.200 (mil e duzentos reais)
	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) elevador do edifício-sede da	R\$ 1.200 (mil e duzentos reais)

02	Procuradoria da República no Município de Caruaru , com o fornecimento e utilização de peças, insumos e componentes novos, com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade dos originais/genuínos dos respectivos fabricantes.	
----	--	--

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - A melhor solução para atender as demandas das PRMs Petrolina e Caruaru é a Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para 1 (um) elevador instalado em cada unidade, incluindo todos seus componentes e subsistemas, doravante denominados EQUIPAMENTO, com o fornecimento total e a substituição de partes e peças, excetuadas aquelas que serão discriminadas no Termo de Referência.

7.2 - Além das rotinas discriminadas nos **subitens 4.4 a 4.12 do Termo de Referência**, deverão ser adotadas pela CONTRATADA as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas, indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos.

7.3 - A CONTRATADA deverá zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à FISCALIZAÇÃO sempre que forem verificadas infiltrações, corrosões e outras avarias que possam prejudicar o perfeito funcionamento e/ou a vida útil dos elevadores e suas instalações.

7.4 - Todas as peças necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento estarão inclusos no valor contratado. A CONTRATADA atenderá aos chamados emergenciais da CONTRATANTE de modo a restabelecer o correto funcionamento dos sistemas sempre que necessário, sem custo adicional de mão de obra.

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensa de licitação, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 - Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa para contratação de serviços comuns de engenharia, sob a forma de execução indireta, sem mão de obra residente. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de uma empresa adequadamente autorizada a realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a contratação por meio da Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com base no inciso I, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, foi a forma mais vantajosa, considerando o custo administrativo de realizar uma licitação (princípio da economicidade) e em atenção ao princípio da eficiência, celeridade e competitividade:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

[]

8.4 - Da análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte:

8.4.1 - A administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);

Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:

não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.4.2 - No caso concreto, as últimas licitações para os serviços em tela ocorreram em 2020, por meio dos Pregões Eletrônicos MPF/PRPE nºs 09/2020 e 10/2020, para Petrolina, e 25/2020, para Caruaru. É importante registrar que houve pouca competitividade nestes certames, embora realizados para ampla concorrência, permitindo a participação de empresas de pequeno e grande porte. A saber, o Pregão 09/2020 contou com a participação de apenas 3 empresas, e o Pregão 10/2020 de 2 empresas, ambos fracassados. Já o Pregão 20/2025 realizado para contratar o serviço para a PRM Caruaru, teve a participação de apenas 4 empresas.

8.4.3 - A exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de procedimentos licitatórios, cujo valor orçado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), consoante art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015.

8.4.4 - No entanto, há exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que devidamente justificadas, considerando que o tratamento diferenciado é resultado de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais se decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

8.4.5 - Nessa seara, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe, expressamente, a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (artigo 49, III, da LC 123/2006).

8.4.6 - Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que, mesmo que seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP na localidade, com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, mas nada além disso, apesar de realizado exaustivo cotejo de preços, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, III da LC nº 123/2006, no intuito de permitir a participação dos demais fornecedores interessados.

8.4.7 - Destarte, no caso em tela, é situação temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso se permita a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a presença de fornecedores capazes de promover a competitividade tão buscada pela Administração, poder-se-ia estar a conduzir uma licitação ineficaz, incorrendo-se nos seguintes riscos:

Risco de sobrepreços: um menor número de empresas concorrendo na licitação/disputa diminui a pressão por preços mais baixos na fase de disputa por lances, o que pode levar a Administração a contratar preços acima do valor de mercado.

Risco de licitação deserta ou fracassada: por se tratar de um serviço de engenharia que requer empresa com qualificação técnica-operacional e profissional especializada, além da exigência de qualificação econômica, a ser prestado em cidades mais afastadas

da região metropolitana de Recife, pode haver um número insuficiente de MEs e EPPs que possuam os requisitos técnicos e econômicos requeridos no edital, levando a uma licitação/disputa deserta ou fracassada, elevando o custo processual para contratar o serviço.

Fraudes e irregularidades na licitação: a restrição à participação de empresas maiores pode levar estas a se enquadrarem como Mes/EPPs de forma fraudulenta para participarem da licitação, desvirtuando o objetivo da lei. Ou ainda, a baixa qualificação técnica das empresas de pequeno porte aliada à restrição à competitividade pode ensejar conluio ou subcontratações simuladas entre empresas de diferentes portes para burlar a regra da exclusividade.

Falhas na execução do contrato: empresas menores podem dispor de uma estrutura técnica e financeira insuficientes para atender as demandas dos contratos, ocasionando falhas no cumprimento das obrigações contratuais.

8.4.8 - É de pleno conhecimento desta PRPE que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal (CF) e da Nova Lei Geral de Licitações. A CF prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que esta se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

8.4.9 - Ante todo o exposto e considerando o risco presente na concessão da exclusividade, bem como a ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, esta licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por conta da imprevisibilidade de garantir um quantitativo de fornecedores suficiente para acirrar a competitividade que tanto se busca no âmbito da Administração Pública.

8.5 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da modalidade **"Dispensa Eletrônica sem exclusividade ME/EPP"**, para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva em 01 (um) elevador, com fornecimento de peças, no edifício-sede da Procuradoria da República Polo Petrolina/Juazeiro e na Procuradoria da República no Município de Caruaru.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - Nos termos da Súmula nº 247 do TCU, a regra é de que a adjudicação deve ser efetivada por itens, a fim de possibilitar a mais ampla competitividade, salvo se houver justificativas para o agrupamento em lotes ou por preço global. O art. 40, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, também fixa orientação no sentido de que *"O parcelamento não será adotado quando o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido"*.

9.2 - Nesse sendo, a contratação única (para cada PRM) – dos serviços de manutenção e fornecimento de materiais e insumos necessários, peças de reposição, componentes e acessórios genuinamente originais e novos, se justifica pelos seguintes motivos:

a) O tratamento do sistema como uma única solução, evitando a transferência de responsabilidades em caso de negligência, imprudência e imperícia.

b) Destaca-se que a manutenção dos equipamentos mecânicos de Transporte Vertical é uma atividade técnica de engenharia cuja responsabilização é exclusiva de profissionais habilitados para tal fim. Trata-se de atividade técnica complexa, pela tecnologia aplicada, bem como a responsabilização inerente ao transporte de pessoas. Importante destacar que os padrões de instalação, operação e manutenção para equipamentos de transporte vertical (elevadores elétricos de passageiros), estão estabelecidos na norma ABNT NBR 16858.

c) O objeto não permite sua divisão em parcelas técnica e economicamente viáveis, respeitadas a sua integralidade e interdependência técnica operacional, em razão disso, não há possibilidade de parcelamento do objeto sem prejuízos da continuidade, adequabilidade, compatibilidade e funcionalidade do objeto.”

9.3 - A contratação se dará por itens (um item para cada PRM). O objeto não se mostra divisível e será contratado por elevador. Isto porque os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva se relacionam e complementam-se, de forma que sua divisão causaria prejuízo para o conjunto e qualidade do serviço, além de perda de economia de escala. Portanto, impõe a contratação por conjunto de serviços no mesmo equipamento, ou seja, um item para cada elevador localizado nas duas unidades municipais.

9.4 - O parcelamento em itens da contratação de serviços de manutenção de elevadores para as Procuradorias da República de Petrolina e Caruaru é uma medida que se mostra adequada e vantajosa, conforme estabelecido no art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Tal decisão é uma medida estratégica e necessária para atender às especificidades e demandas de cada localidade, garantindo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados almejados consistem em dotar as PRMs de Petrolina e Caruaru com a prestação do serviço técnico de manutenção dos seus elevadores de forma célere e eficiente, tanto para o atendimento de manutenção preventiva quanto corretivas e emergenciais, incluindo a reposição de peças, gerando ganhos econômicos e preservando o patrimônio público.

10.2 - Como resultado indireto, o serviço promoverá uma maior valorização do referido imóvel.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1 - Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação, tendo em vista que se trata de serviço de prestação continuada e os equipamentos já estão em funcionamento nas unidades das Procuradorias da República no Polo Petrolina/Juazeiro e no Município de Caruaru.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 - Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 - Esse é um serviço de manutenção de elevador. Os impactos ambientais são mínimos, devendo a empresa CONTRATADA observar questões simples, como a utilização racional de água e de energia e a destinação para reciclagem dos materiais e embalagens que possam ser reaproveitados após o uso, observando sempre a legislação pertinente.

13.2 - A CONTRATADA deverá ainda atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previsto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresas especializadas para as manutenções preventivas e corretivas de 01 (um) elevador no edifício-sede da PR Polo Petrolina/Juazeiro e 01 (um) elevador no edifício-sede da PRM Caruaru **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 30 de junho de 2025.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FRANCISCO DE ASSIS FREITAS SOBRINHO
SETOR DEMANDANTE
COORDENADOR DA PRM PETROLINA

JOEL FERREIRA DE ANDRADE
SETOR DEMANDANTE
COORDENADOR DA PRM CARUARU

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA
CODAM/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORD.DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

MACSON RODRIGUES DE SOUZA
DEA/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00046216/2025 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 20-2025**

Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **01/07/2025 12:19:53**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOEL FERREIRA DE ANDRADE**

Data e Hora: **01/07/2025 12:21:16**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **01/07/2025 12:21:21**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **01/07/2025 12:26:25**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FRANCISCO DE ASSIS FREITAS SOBRINHO**

Data e Hora: **01/07/2025 13:36:11**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **01/07/2025 14:16:13**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **GRAZIELLE FRUTUOSO VILELA**

Data e Hora: **01/07/2025 14:28:35**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MACSON RODRIGUES DE SOUZA**

Data e Hora: **01/07/2025 14:44:52**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **01/07/2025 17:23:26**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave fd040130.ee3c15b3.cd1bb98b.959163eb